



Educação

por um outro mundo
e um outro Brasil



Education
for a better world
and a better Brazil



Educación
por otro mundo
y otro Brasil



Education
pour un autre monde
et un autre Brésil



Educação

por um outro mundo
e um outro Brasil



Educação por um outro mundo

A oferta de uma educação de qualidade é inerente à construção de um projeto de nação com soberania, inclusão social e distribuição de renda. Infelizmente, a educação, enquanto um direito universal, é uma realidade distante de milhões de pessoas em todo o mundo. Dados da Unesco – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – apontam que 25% dos jovens e adultos dos países pobres e em desenvolvimento são analfabetos, o que corresponde a cerca de 900 milhões de pessoas sem acesso ao mínimo patamar de escolarização.

O processo de globalização econômica ao longo dos últimos vinte anos e o conseqüente enfraquecimento do papel do Estado como indutor e promotor de políticas sociais contribuíram para aumentar o fosso entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Desigualdade que se reflete diretamente no acesso ao conhecimento, uma vez que a lógica do mercado também se aplica na educação. Processo que se traduz na mercantilização do ensino em detrimento da oferta pública e gratuita de um tema tão caro ao exercício da cidadania.

Em um momento em que os movimentos sociais de todo o mundo respondem novamente, articulando-se globalmente para debater, pensar e construir alternativas para um mundo mais justo e solidário, é preciso reafirmar a agenda da educação como elemento estratégico de desenvolvimento e afirmação da identidade de cada povo.

É nesse sentido que o MEC vem constituindo suas políticas públicas, reafirmando a soberania do Estado e a importância da educação como elemento indispensável à construção de um novo Brasil e de um novo mundo.

Educação por um outro Brasil

Diante desse desafio, o Ministério da Educação elegeu quatro eixos prioritários de atuação: alfabetização dentro de uma estratégia de inclusão social e educacional; qualidade na educação básica

com a instituição do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); expansão do ensino profissional, em acordo com o desenvolvimento econômico e sustentável do País; e reforma da educação superior, com o fortalecimento da universidade pública.

O aumento de R\$ 3,4 bilhões no orçamento do MEC para 2005 – de R\$ 17,3 bilhões para R\$ 20,7 bilhões – traduz a preocupação do atual governo em ampliar investimentos e potencializar programas essenciais para uma efetiva melhora em todo o sistema educacional.

Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

O Brasil tem cerca de 33 milhões de analfabetos funcionais – pessoas a partir de 15 anos com menos de quatro anos de escolarização. O enfrentamento dessa dívida social é inerente à construção de uma nação com inclusão e justiça. Com esse objetivo, a alfabetização foi integrada à educação de jovens e adultos para garantir a continuidade do aprendizado. Essa política é realizada por meio de dois programas complementares. O Programa Brasil Alfabetizado já atendeu 3,7 milhões de jovens e adultos e formou 165 mil alfabetizadores em quatro mil cidades brasileiras. Este ano, mais 2,3 milhões de pessoas serão atendidas, totalizando, até 2006, dez milhões de novos brasileiros sabendo ler e escrever. Já o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) repassa recursos para os sistemas públicos estaduais e municipais ampliarem e melhorarem a oferta desse ensino. Em 2004, 1,9 milhão de alunos foram atendidos.

Qualidade na educação básica

O MEC está ampliando os investimentos na formação de professores, debatendo novos currículos e processos pedagógicos e realizando diversos programas para melhorar a qualidade da educação básica no Brasil. O aumento das matrículas, ocorrido nos últimos anos, especialmente no ensino fundamental, fez com que houvesse uma

evolução quantitativa do sistema, embora qualitativamente os resultados fiquem muito aquém do esperado. Para reverter esse quadro, o governo federal está propondo a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que destinará recursos para todas as etapas da educação básica – da educação infantil ao ensino médio. O aporte de mais recursos permitirá melhorar a capacitação e a remuneração dos professores, bem como aparelhar e manter em melhores condições as escolas públicas, contribuindo para melhorar a qualidade da educação básica.

Além do Fundeb, o MEC mantém e está implantando uma série de políticas voltadas para a melhoria e estruturação da educação básica, como capacitação e formação continuada de professores, transporte escolar de milhões de estudantes de áreas rurais, implantação de bibliotecas escolares e ações de estímulo à leitura. Depois de uma década sem aumento, o atual governo vem reajustando anualmente os valores da merenda escolar, além de estender o benefício para as creches públicas, filantrópicas e escolas indígenas. Esse é o maior programa de alimentação escolar do mundo, atendendo 38 milhões de estudantes – 21% da população brasileira. O Programa Nacional do Livro Didático é outra ação fundamental. Em 2004, foram distribuídos 111 milhões de livros para atender 30,9 milhões de estudantes. Em 2004, o programa foi estendido, pela primeira vez, ao Ensino Médio, e atingirá todos os alunos dessa etapa em 2006. O MEC também está implantando o novo Sistema Nacional de Acompanhamento da Frequência Escolar, que contribuirá para combater o abandono e a evasão escolar, além de orientar com mais segurança a transferência de recursos públicos para programas como o Bolsa Família, que atende 12 milhões de estudantes.

Expansão do Ensino Profissional

A construção de uma política industrial eficiente, o adensamento das cadeias produtivas e a estruturação dos arranjos produtivos locais são fundamentais para o crescimento do País e exigem também investimentos consistentes na educação profissional. As medidas adotadas pelo atual governo visam a ampliar o número de alunos

matriculados no ensino técnico, assegurando-lhes uma base sólida para inserção no mercado de trabalho. Para 2005, não só aumentaram os recursos para o ensino profissional como foram criados novos projetos para sua valorização. Dentre essas ações, merece destaque a integração do ensino médio com o curso técnico, permitindo que milhares de jovens concluam essa etapa escolar com uma profissão. Ainda neste ano, o Programa Escola de Fábrica abrirá 500 escolas em empresas de todo o Brasil, formando dez mil jovens de baixa renda entre 15 e 21 anos. Também em 2004, os 34 Centros Federais de Educação Tecnológica foram reconhecidos como instituições de ensino superior, o que lhes confere maior autonomia para criar novos cursos.

Reforma da Educação Superior

Na década de 60, o movimento estudantil saiu às ruas e enfrentou a ditadura militar empunhando a bandeira da reforma universitária. Hoje, quase 40 anos depois, essa luta é retomada por um governo popular e democrático. O governo atual está valorizando a universidade pública e defendendo a educação como um direito de todos os brasileiros.

É essa visão que norteia o processo de reforma da educação superior, orientada por uma concepção republicana do Estado, na qual as instituições públicas têm papel indutor e regulador no processo de crescimento, gerando distribuição de riquezas e de conhecimento. Num amplo debate nacional, o MEC estará recebendo, até o dia 15 de fevereiro, propostas para o anteprojeto da reforma, que será encaminhado à Presidência da República e, posteriormente, ao Congresso Nacional com um novo processo de consultas públicas.

A seguir, mostramos cinco razões que motivam a reforma:

1 - Reformar para fortalecer a Universidade Pública

Com a liberalização do ensino superior, nos últimos dez anos, houve uma proliferação acelerada de instituições particulares, com frágil regulação do Estado. Isso fez com que, hoje, 71% das vagas

sejam não estatais e apenas 29% estatais. O atual governo quer ampliar a participação do setor público na educação superior. A meta é criar novas universidades públicas, expandir novos pólos e abrir 200 mil novas matrículas, em dois anos, nas instituições federais. A meta é chegar até 2011 com 40% das vagas do ensino superior na rede pública.

2 - Reformar para impedir a mercantilização do ensino superior

O ensino não é mercadoria, é um bem público. A Constituição Federal garante a educação como dever do Estado, mas prevê também a participação de instituições particulares. No entanto, ao exercer uma função pública delegada, essas instituições devem buscar a qualidade como centro de sua ação. O Estado, amparado no seu papel regulador, deve garantir esse princípio, orientando a expansão de forma ordenada, evitando a proliferação de instituições "caça-níqueis", cujo único objetivo são os lucros exorbitantes. Por isso, o MEC propõe instrumentos inéditos que, combinados com o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Sinaes), permitirão uma regulação mais eficiente nas instituições particulares. A proposta proíbe financiamento de campanhas eleitorais por parte de mantenedoras de ensino superior privado, impede participação de capital estrangeiro acima de 30%, entre outras definições.

3 - Reformar para garantir a qualidade

A abertura de faculdades, centros e universidades no Brasil, nos últimos anos, nem sempre veio acompanhada da devida avaliação e preocupação com a qualidade do ensino, evidenciando uma fragilidade da capacidade de supervisão e regulação do Estado. Para o governo atual, não basta abrir vagas, mas é preciso garantir um processo de ensino-aprendizado condizente com as necessidades e expectativas da nação, preservando a qualidade e promovendo a inclusão social. O MEC pretende efetivar a função social do ensino superior com instrumentos como o Plano de Desenvolvimento Interno (PDI) e maiores exigências para a constituição de universidades e centros universitários.

4 - Reformar para democratizar o acesso

Hoje, apenas 9% dos jovens brasileiros entre 18 e 24 anos estão cursando o ensino superior, número bem abaixo da Argentina, que tem 32%, e do

Canadá, com 62%. O Plano Nacional de Educação (2001/2010) prevê uma taxa de escolarização de 30% da população.

Dentro da reforma, estão previstas ações para garantir a permanência dos alunos, como o Primeiro Emprego Acadêmico e uma loteria para financiar a política de assistência estudantil. É papel do Estado promover políticas efetivas que garantam o acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior, expandindo as instituições federais para regiões que careçam de escolas superiores. O anteprojeto também garante a reserva de 50% das vagas nas universidades federais para estudantes das escolas públicas, observando, ainda, cota para negros e indígenas.

A garantia do acesso de jovens de baixa renda ao ensino superior é uma das prioridades do MEC. O ProUni – Programa Universidade para Todos – está oferecendo, já para o primeiro semestre de 2005, 112 mil bolsas de estudos gratuitas ou com 50% de desconto em instituições particulares para alunos de baixa renda e professores da rede pública sem diploma. Também serão beneficiados negros e indígenas. A meta é criar 200 mil vagas em dois anos.

5 - Reformar para construir uma gestão democrática

Democratizar é construir de maneira participativa um projeto de educação de qualidade social que promova o exercício pleno da cidadania. O anteprojeto prevê o fim da lista tríplice, eleição direta do reitor na universidade pública e do pró-reitor acadêmico nas instituições particulares e a constituição de um Conselho Social nas universidades, garantindo a participação da sociedade.



Education

for a better world
and a better Brazil



English

Education for a better world

Quality education is fundamental for building a nation founded on sovereignty, social inclusion and an equitable income distribution. Unfortunately, education as a universal right is a distant reality for millions of people throughout the world. According to statistics from the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), 25% of children and adults in poor and developing countries are illiterate, corresponding to some 900 million people without access to a minimum level of schooling.

The process of economic globalization over the last 20 years and the consequent weakening of the state's role in driving and promoting social policy have contributed to widening the gap between developed and developing countries. This inequality is reflected directly in access to knowledge. Market logic leads to the mercantilization of education and undermines the provision of free public schooling, which is vital to the exercise of citizenship.

At a time when social movements all over the world are once again answering the call to link up globally in a joint effort to debate, reflect upon and build alternative paths to a world of justice and solidarity, it is indispensable to stress the importance of education as a strategic instrument for the development and affirmation of the identity of all peoples.

It is in this context that the Ministry of Education has developed its policies, and in this way reaffirming national sovereignty and the importance of education as a vital element in the construction of a new Brazil and a new world.

Education for a better Brazil

To address this challenge, the Ministry of Education has chosen four priorities: literacy education as part of a social and educational inclusion strategy; quality in basic education, through the creation of FUNDEB, a fund established to maintain and develop basic

education and value its professionals; the expansion of vocational education in step with the sustainable growth of the nation's economy; and higher education reform focused on strengthening public universities.

The Ministry of Education's 2005 budget has been increased by R\$ 3.4 billion, from R\$ 17.3 billion to R\$ 20.7 billion, demonstrating the Federal Government's resolve to boost investment and leverage programs with a key role in achieving real improvements throughout the educational system.

Literacy education for young people and adults

There are roughly 33 million functionally illiterate Brazilians – individuals 15 and over with less than four years of schooling. It is not possible to build a socially inclusive nation with justice and fairness for all unless this social debt is addressed. With this aim, the Federal Government has integrated literacy training with basic education for young people and adults so as to guarantee continued learning. This policy is executed by means of two complementary programs. The "Literate Brazil" program has so far benefited 3.7 million young and adult students and trained 165,000 illiteracy teachers in 4,000 cities throughout country. The program will reach more than 2.3 million young people this year and produce, by 2006, 10 million newly literate citizens. For its part, the Youth & Adult Education (EJA) transfers funds to states and municipalities for the expansion and improvement of public schools. In 2004, the program encompassed 1.9 million students.

Quality in basic education

The Ministry of Education has increased investment in teacher training, debating new curricula and processes and implementing a range of programs designed to enhance the quality of basic education in Brazil. The increase in school enrollment in recent years, especially in primary and secondary education, has produced a quantitative evolution, although qualitative results

have fallen far short of expectations. To address this situation, the Federal Government has proposed creating a fund, known as FUNDEB, for short, to maintain and develop basic education and value its professionals. FUNDEB will channel funding to all levels of basic schooling, from early childhood education to secondary education. The injection of more funds will make it possible to improve both teacher training and teachers' pay, while at the same time re-equipping public schools and keeping them in good condition, thus helping to bring about improvements in the quality of basic education.

In addition to FUNDEB, the Ministry of Education has maintained and introduced a number of policies designed to improve and structure basic education, such as continuing teacher training and education, school busing for millions of students in rural areas, the implementation of school libraries and activities to encourage reading. After a decade without any increases, the current administration has raised the annual grant provided for school meals, while extending the benefit to public and charity nurseries and daycare centers as well as indigenous schools. It is the world's largest school meal program, feeding 38 million students or 21% of the Brazilian population. The National Textbook Program is another important policy instrument. It distributed 111 million books to 30.9 million students in 2004. Furthermore, last year the program was extended for the first time to secondary schools and will encompass all students at the secondary level by 2006. The Ministry is also introducing a new School Attendance Monitoring System to help reduce dropout and truancy rates as well as ensure more reliable public fund transfers to programs such as Bolsa Família, which benefits more than 12 million children.

Expansion of vocation education

Developing an efficient industrial policy, bolstering production chains and structuring local production arrangements are fundamental for national economic growth, while also requiring consistent investment in vocational education. The Federal Government has taken steps to increase the number of students enrolled in technical education, assuring them a solid foundation on

which to enter the labor market. For 2005, not only have budget appropriations for vocational education been increased, but new projects designed to enhance the sector have been adopted. These include the integration of secondary schools with technical courses, so that thousands of young people can complete this part of their education with a professional qualification. Moreover, this year the Escola de Fábrica Program will open 500 schools in firms throughout Brazil to train 10,000 adolescents and young adults between the ages of 15 and 21. In 2004, all 34 Federal Centers of Technological Education (FATECs) were recognized as institutions of higher education, giving them more autonomy to create new courses.

Reform of higher education

In the 1960s, the student movement took to the streets in Brazil to confront the military dictatorship under the banner of university reform. Today, almost 40 years later, that struggle has been revived by a democratically elected popular government. The administration of President Lula is striving to ensure that public universities are more highly valued and is strongly advocating education as an entitlement of every Brazilian.

This is the vision that guides higher education reform, one founded on a republican conception of the state in which public institutions play the role of promoting and regulating expansion, while spurring income and knowledge redistribution. In a broad national debate scheduled to continue through February 15, the Ministry of Education will receive proposals for a draft reform bill that will be sent to the Office of the Presidency of the Republic and, subsequently, to Congress for a new round of public consultations.

The reform is motivated by a five-part rationale, as follows:

1 – Reform to strengthen public universities

The liberalization of higher education in the last ten years has led to the accelerated proliferation of private institutions, with inadequate state

regulation. Currently, public universities and colleges offer only 29% of all openings, while private institutions account for the remaining 71%. The Federal Government seeks to increase the public sector's participation in higher education by setting up new public universities, expanding new centers and creating 200,000 new openings in federal institutions over a two-year period. The goal is to ensure that the public sector's share of available openings in higher education rises to 40% by 2011.

2 – Reform to prevent mercantilization of higher education

Education is not merchandise; it is a public good. The Brazilian Federal Constitution states that the provision of education to all is a duty of the state, while also allowing scope for private institutions. However, in performing the role delegated to them by the state, quality must be a central component of the activities undertaken by those institutions. In its regulatory capacity, the state must ensure fulfillment of this principle by guiding an orderly expansion of higher education and avoiding the proliferation of institutions whose only goal is to maximize short-term profit. To this end, the Ministry of Education has proposed an entirely novel approach, including instruments which, in conjunction with the National Higher Education Assessment System (SINAES), assure more effective regulation of private colleges and universities. The proposals prohibit election campaign funding by trustees of private institutions of higher learning and cap foreign ownership at 30%, among other provisions.

3 – Reform to guarantee quality

In recent years, the opening of new colleges, higher education centers and universities in Brazil has not always been accompanied by proper assessment procedures or an adequate concern for quality, revealing the state's fragile oversight and regulatory capacity. In the Federal Government's view, it is not enough to create university openings. It is equally important to ensure that the learning process matches the needs and expectations of the nation by preserving quality and promoting social inclusion. The Ministry of Education plans to effectuate the social function of higher education through instruments such as the Internal Development Plan (PDI) and more stringent requirements for the establishment of universities and university centers.

4 – Reform to democratize access

Today, only 9% of Brazilians between the ages of 18 and 24 are enrolled in institutions of higher education, a figure far below that registered in Argentina, where the proportion is 32%, and Canada, where it is 62%. Brazil's National Education Plan, 2001-2010, prescribes a level of 30%.

The reform proposal includes actions to guarantee student attendance, such as *Primeiro Emprego Acadêmico* (paid academic traineeships) and a lottery to fund student loans. The state's role is to pursue policies that effectively assure access to higher education for low-income students by promoting the establishment of federal institutions in regions with little or no higher education. The reform bill also proposes that 50% of all openings in federal universities be reserved for candidates from public schools and that quotas be introduced for blacks and members of indigenous communities.

Guaranteeing access to higher education for low-income youth is one of the Ministry of Education's priorities. The University for All Program (ProUni) will offer 112,000 grants in the first half of 2005 to cover 100% or 50% of tuition costs in private institutions for low-income students and public school teachers without university degrees. The program will also benefit blacks and indigenous people. The goal is to create 200,000 openings in two years.

5 – Reform to democratize management

Democratizing higher education means building a participative educational model with high social value capable of promoting the full exercise of citizenship. The reform bill calls for the end of shortlists,* the direct election of rectors in public universities and of academic pro-rectors in private universities and the creation of Social Councils in universities to guarantee participation by all segments of society.

* Rectors of federal universities are appointed by the President of the Republic for a fixed term from shortlists of three candidates produced by each institution's academic council.



Educación por otro mundo y otro Brasil



Español

Educación por otro mundo

La oferta de una educación de calidad es inherente a la construcción de un proyecto de nación con soberanía, inclusión social y distribución de ingresos. Infelizmente, la educación, aunque es un derecho universal, es una realidad distante de millones de personas en todo el mundo. Datos de la Unesco (Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura) muestran que el 25% de los jóvenes y adultos de los países pobres y en desarrollo son analfabetos, lo que corresponde a cerca de 900 millones de personas sin acceso al nivel mínimo de escolarización.

El proceso de globalización económica a lo largo de los últimos veinte años y la consiguiente debilitación del papel del Estado como inductor y promotor de políticas sociales contribuyeron al aumento del abismo entre los países desarrollados y en desarrollo. Desigualdad que se refleja directamente en el acceso al conocimiento, pues la lógica del mercado también se aplica en la educación. Este proceso se traduce en la mercantilización de la enseñanza en perjuicio de la oferta pública y gratuita de un tema tan importante para el ejercicio de la ciudadanía.

En un momento en el que los movimientos sociales de todo el mundo vuelven a responder, articulándose globalmente para debatir, pensar y construir alternativas para un mundo más justo y solidario, es necesario reafirmar la agenda de la educación como elemento estratégico de desarrollo y consolidación de la identidad de cada pueblo.

Es en este sentido que el MEC viene constituyendo sus políticas públicas, reafirmando la soberanía del Estado y la importancia de la educación como elemento indispensable para la construcción de un nuevo Brasil y de un nuevo mundo.

Educación por otro Brasil

Frente a este desafío, el Ministerio de Educación eligió cuatro ejes prioritarios de actuación: alfabetización dentro de una estrategia de inclusión social y educativa; calidad en la educación básica con la institución del Fondo de Mantenimiento y Desarrollo de la Educación Básica y de Valorización de los

Profesionales de la Educación (Fundeb); expansión de la enseñanza profesional de acuerdo con el desarrollo económico y sostenible del País; y reforma de la educación superior con el fortalecimiento de la universidad pública.

El aumento de R\$ 3,4 mil millones en el presupuesto del MEC para 2005 – de R\$ 17,3 mil millones para R\$ 20,7 mil millones – refleja la preocupación del actual gobierno de ampliar inversiones y fortalecer programas esenciales para una efectiva mejoría en todo el sistema de educación.

Alfabetización y Educación de Jóvenes y Adultos

Brasil tiene cerca de 33 millones de analfabetos funcionales – personas a partir de 15 años con menos de cuatro años de escolaridad. El enfrentamiento de esta deuda social es inherente a la construcción de una nación con inclusión y justicia. Con este objetivo, la alfabetización fue integrada a la educación de jóvenes y adultos para garantizar la continuidad del aprendizaje. Esta política es realizada por medio de dos programas complementarios. El Programa Brasil Alfabetizado ya atendió a 3,7 millones de jóvenes y adultos y formó 165 mil alfabetizadores en cuatro mil ciudades brasileñas. Este año, otros 2,3 millones de personas serán atendidas, sumando, hasta 2006, diez millones de nuevos brasileños sabiendo leer y escribir. Ya el programa de Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) transfiere recursos para que los sistemas públicos de los estados y municipios amplíen y mejoren la oferta de esta enseñanza. En 2004, 1,9 millón de alumnos fueron atendidos.

Calidad en la educación básica

El MEC está ampliando inversiones en la formación de profesores, debatiendo nuevos currículos y procesos pedagógicos y realizando diversos programas para mejorar la calidad de la educación básica en Brasil. El aumento de las matrículas, ocurrido en los últimos años, especialmente en la enseñanza fundamental, motivó que hubiera una evolución cuantitativa del sistema, aunque cualitativamente los resultados estén distantes de lo esperado. Para revertir este cuadro, el gobierno federal está proponiendo la creación del

Fondo de Mantenimiento y Desarrollo de la Educación Básica y Valorización de los Profesionales de la Educación (Fundeb), que destinará recursos para todas las etapas de la educación básica – desde la educación infantil hasta la enseñanza media. El aporte de más recursos permitirá mejorar la capacitación y la remuneración de los profesores, así como equipar y mantener en mejores condiciones a las escuelas públicas, contribuyendo para mejorar la calidad de la educación básica.

Además del Fundeb, el MEC mantiene y está implantando una serie de políticas orientadas hacia la mejoría y la estructuración de la educación básica, como capacitación y formación continuada de profesores, transporte escolar de millones de estudiantes de áreas rurales, la implantación de bibliotecas escolares y acciones de estímulo a la lectura. Después de una década sin aumento, el actual gobierno viene reajustando anualmente los valores de la merienda escolar, además de extender el beneficio a las guarderías infantiles públicas, filantrópicas y escuelas indígenas. Este es el mayor programa de alimentación escolar del mundo, atendiendo a 38 millones de estudiantes – 21% de la población brasileña. El Programa Nacional del Libro Didáctico es otra acción fundamental. En 2004, fueron distribuidos 111 millones de libros para atender a 30,9 millones de estudiantes. En 2004, el programa fue extendido, por primera vez, a la Enseñanza Media, y llegará a todos los alumnos de esta etapa en 2006. El MEC también está implantando el nuevo Sistema Nacional de Seguimiento de la Frecuencia Escolar, que contribuirá para combatir el abandono y la evasión escolar, además de orientar con más seguridad la transferencia de recursos públicos para programas como el Beca Familia, que atiende a 12 millones de estudiantes.

Expansión de la Enseñanza Profesional

La construcción de una política industrial eficiente, la intensificación de las cadenas productivas y la estructuración de los arreglos productivos locales son fundamentales para el crecimiento del País y exigen también inversiones consistentes en la educación profesional. Las medidas adoptadas por el actual gobierno tienen como objetivo ampliar la cantidad de alumnos matriculados en la enseñanza técnica, garantizándoles una base sólida para la inserción en el

mercado de trabajo. Para 2005, no sólo aumentaron los recursos para la enseñanza profesional, sino que fueron también creados nuevos proyectos para su valorización. Entre estas acciones, debe ser destacada la integración de la enseñanza media con el curso técnico, permitiendo que millares de jóvenes concluyan esta etapa escolar con una profesión. Todavía en este año, el Programa Escuela de Fábrica abrirá 500 escuelas en empresas de todo Brasil, formando diez mil jóvenes de bajos ingresos con edades entre 15 y 21 años. También en 2004, los 34 Centros Federales de Educación Tecnológica fueron reconocidos como instituciones de enseñanza superior, lo que les concede mayor autonomía para crear nuevos cursos.

Reforma de la Educación Superior

En la década del 60, el movimiento estudiantil salió a las calles y enfrentó a la dictadura militar empuñando la bandera de la reforma universitaria. Hoy, casi 40 años después, esta lucha es retomada por un gobierno popular y democrático. El gobierno actual está valorizando la universidad pública y defendiendo la educación como un derecho de todos los brasileños.

Esta visión es la que orienta el proceso de reforma de la educación superior, guiada por una concepción republicana del Estado, en la cual las instituciones públicas juegan un papel inductor y regulador en el proceso de crecimiento, generando distribución de riquezas y de conocimiento. En un amplio debate nacional, el MEC estará recibiendo, hasta el día 15 de febrero, propuestas para el anteproyecto de reforma, que será encaminado a la Presidencia de la República y, posteriormente, al Congreso Nacional con un nuevo proceso de consultas públicas.

A continuación, mostramos cinco razones que motivan la reforma:

1 - Reformar para fortalecer la Universidad Pública

Con la liberalización de la enseñanza superior, en los últimos diez años, hubo una proliferación acelerada de instituciones particulares, con una frágil regulación del Estado. Esto motivó que, hoy, el 71% de las

plazas sean no estatales y apenas el 29% estatales. El actual gobierno quiere ampliar la participación del sector público en la educación superior. La meta es crear nuevas universidades públicas, expandir nuevos polos y abrir 200 mil nuevas matrículas en dos años en las instituciones federales. La meta es llegar a 2011 con el 40% de las plazas de la enseñanza superior en la red pública.

2 - Reformar para impedir la mercantilización de la enseñanza superior

La enseñanza no es mercancía, es un bien público. La Constitución Federal garantiza la educación como deber del Estado, pero prevé también la participación de instituciones particulares. Sin embargo, al ejercer una función pública delegada, estas instituciones deben buscar la calidad como centro de su acción. El Estado, amparado en su papel regulador, debe garantizar este principio, orientando la expansión de forma ordenada, evitando la proliferación de instituciones "tragaperras", cuyo único objetivo son las ganancias exorbitantes. Por esto, el MEC propone instrumentos inéditos que, combinados con el Sistema Nacional de Evaluación de la Enseñanza Superior (Sinaes), permitirán una regulación más eficiente en las instituciones particulares. La propuesta prohíbe financiación de campañas electorales por parte de mantenedores de enseñanza superior privada, impide participación de capital extranjero superior al 30%, entre otras definiciones.

3 - Reformar para garantizar la calidad

La apertura de facultades, centros y universidades en Brasil, en los últimos años, no siempre estuvo acompañada por la correcta evaluación y preocupación con la calidad de la enseñanza, haciendo evidente una fragilidad de la capacidad de supervisión y regulación del Estado. Para el gobierno actual, no es suficiente abrir plazas, es necesario garantizar un proceso de enseñanza-aprendizaje armónico con las necesidades y expectativas de la nación, preservando la calidad y promoviendo la inclusión social. El MEC pretende hacer efectiva la función social de la enseñanza superior con instrumentos como el Plan de Desarrollo Interno (PDI) y mayores exigencias para la constitución de universidades y centros universitarios.

4 - Reformar para democratizar el acceso

Actualmente, apenas el 9% de los jóvenes brasileños con edades entre 18 y 24 años están estudiando en la enseñanza superior, una cantidad muy inferior a la

registrada en Argentina, que tiene el 32%, y de Canadá, con el 62%. El Plan Nacional de Educación (2001/2010) prevé una tasa de escolarización del 30% de la población.

Dentro de la reforma, están previstas acciones para garantizar la permanencia de los alumnos, como el Primer Empleo Académico y una lotería para financiar la política de asistencia estudiantil. Es papel del Estado promover políticas efectivas que garanticen el acceso de jóvenes de bajos ingresos a la enseñanza superior, expandiendo las instituciones federales hacia regiones que carezcan de escuelas superiores. El anteproyecto también garantiza que sean reservadas el 50% de las plazas en las universidades federales para estudiantes de escuelas públicas, garantizando, también, cuota para negros e indígenas.

La garantía del acceso de jóvenes de bajos ingresos a la enseñanza superior es una de las prioridades del MEC. El ProUni (Programa Universidad para Todos) está ofreciendo, ya para el primer semestre de 2005, 112 mil becas de estudio gratuitas o con 50% de descuento en instituciones particulares para alumnos de bajos ingresos y profesores sin diploma de la red pública. También serán beneficiados negros e indígenas. La meta es crear 200 mil plazas en dos años.

5 - Reformar para construir una gestión democrática

Democratizar es construir de forma participativa un proyecto de educación de calidad social que promueva el ejercicio pleno de la ciudadanía. El anteproyecto prevé el fin de la lista tripartita, elección directa del rector en la universidad pública y del prorector académico en las instituciones particulares y la constitución de un Consejo Social en las universidades, garantizando la participación de la sociedad.



Éducation

pour un autre monde
et un autre Brésil



Une éducation pour un autre monde

L'offre d'une éducation de qualité est inhérente à la construction d'un projet de nation souveraine et soucieuse d'inclusion sociale et de distribution des revenus. Malheureusement, l'éducation en tant que droit universel est une réalité bien distante pour des millions de personnes du monde entier. Les chiffres de l'Unesco – Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture – indiquent que 25% des jeunes et des adultes des pays pauvres ou en voie de développement sont analphabètes, ce qui signifie que près de 900 millions de personnes n'ont pas accès à ce niveau minimum de scolarisation.

Le processus de mondialisation économique des vingt dernières années a provoqué l'affaiblissement du rôle de l'État en tant qu'inducteur et que promoteur des politiques sociales et contribué à approfondir le fossé séparant les pays développés des pays en développement. Une inégalité qui se reflète directement sur l'accès à la connaissance, la logique de marché s'appliquant aussi à l'éducation. Processus qui se traduit par la mercantilisation de l'enseignement au détriment de l'offre publique et gratuite d'un bien si important pour l'exercice de la citoyenneté.

En ce moment où les mouvements sociaux du monde entier répondent de nouveau à l'appel et s'articulent mondialement pour débattre, penser et construire des alternatives pour un monde plus juste et solidaire, il convient de réaffirmer l'importance de l'éducation comme instrument stratégique de développement et d'affirmation de l'identité de chaque peuple.

C'est dans cette perspective que le MEC constitue ses politiques publiques en réaffirmant la souveraineté de l'État et l'importance de l'éducation comme élément indispensable à la construction d'un nouveau Brésil et d'un nouveau monde.

Une éducation pour un autre Brésil

Face à ce défi, le ministère de l'Éducation a choisi quatre axes d'action prioritaires : l'alphabétisation, dans le cadre d'une stratégie d'inclusion sociale et

éducative, la qualité de l'enseignement de premier et second degrés, grâce à la constitution du Fonds de fonctionnement et de développement de l'éducation de base et de valorisation des professionnels de l'éducation (Fundeb) l'expansion de l'enseignement technique en accord avec le développement économique et durable du Pays et la réforme de l'éducation supérieure avec le renforcement de l'université publique.

L'apport de 3,4 milliards de reais supplémentaires (un milliard d'euros environ) dans le budget du Ministère pour 2005 – qui passe de 17,3 milliards à 20,7 milliards de reais – traduit la volonté du gouvernement d'augmenter les investissements et de mettre en oeuvre des programmes essentiels à l'amélioration effective de l'ensemble du système éducatif.

Alphabétisation et éducation de jeunes et d'adultes

Le Brésil possède près de 33 millions d'analphabètes « fonctionnels », c'est-à-dire de personnes de plus de quinze ans ayant une scolarité de moins de quatre années. Il est impossible de construire une nation juste et intégrante sans affronter cette dette sociale. C'est pourquoi l'alphabétisation a été intégrée dans l'éducation des jeunes et des adultes afin de garantir la continuité de l'apprentissage. Cette politique prend la forme de deux programmes complémentaires. Le programme Brésil alphabétisé a déjà touché 3,7 millions de jeunes et d'adultes et permis de former 165 mille alphabétiseurs dans quatre mille villes brésiliennes. Cette année, le programme concernera 2,3 millions de jeunes et adultes supplémentaires, pour un total de dix millions de nouveaux Brésiliens sachant lire et écrire d'ici 2006. L'alphabétisation a été intégrée à l'Éducation de jeunes et adultes (EJA) grâce à des transferts de crédits permettant aux systèmes publics des états et des communes d'améliorer leur offre de ce type d'enseignement. En 2004, 1,9 millions d'élèves ont été reçus.

Qualité de l'enseignement de premier et second degré

Le ministère de l'Éducation (MEC) a augmenté ses investissements dans la formation des enseignants, étudié de nouveaux programmes et processus

pédagogiques et lancé plusieurs programmes destinés à améliorer la qualité de l'éducation de premier et second degré au Brésil. L'augmentation du nombre d'élèves, notamment dans l'enseignement primaire et des collèges, a provoqué l'évolution quantitative du système, bien que les résultats qualitatifs soient restés bien en deçà de ce que l'on pourrait désirer. Pour renverser la situation, le gouvernement fédéral propose de créer le Fonds de fonctionnement et de développement de l'enseignement de base et de valorisation des professionnels de l'enseignement (Fundeb) dont les ressources seront destinées à toutes les étapes de l'éducation de base, de la maternelle au collège. L'arrivée de ces nouveaux crédits permettra d'améliorer la formation et la rémunération des enseignants, ainsi que d'équiper et de maintenir les écoles publiques dans de meilleures conditions, afin de contribuer à l'amélioration de la qualité de l'éducation de base.

Outre le Fundeb, le MEC poursuit ou implante une série de politiques destinées à améliorer et à structurer l'éducation de premier et second degré, telle que la formation initiale et continue des enseignants, le transport scolaire de millions d'élèves vivant en milieu rural, la création de bibliothèques scolaires et des actions de promotion de la lecture. Après dix ans sans augmentation, le gouvernement actuel réajuste tous les ans la valeur des repas scolaires et en étend le bénéfice aux crèches publiques, philanthropiques et aux écoles pour Indiens. Avec 38 millions d'élèves concernés – 21% de la population brésilienne, c'est le plus grand programme d'alimentation scolaire du monde. Le Programme national des manuels scolaires est une autre action fondamentale. En 2004, 111 millions de livres ont été distribués à 30,9 millions d'élèves. En 2004, ce programme a été élargi pour la première fois au secondaire dont il atteindra la totalité des élèves en 2006. Le MEC a aussi lancé le nouveau système national de suivi des présences à l'école, qui contribuera à lutter contre l'absentéisme et l'abandon des études, ainsi qu'à orienter de façon plus sûre le versement des fonds publics des programmes tels que la Bourse Famille, qui concerne 12 millions d'élèves.

Expansion de l'enseignement technique

La mise en oeuvre d'une politique industrielle efficace, la densification des filières de production et la structuration de clusters locaux sont fondamentales pour la croissance du pays et exigent des investissements considérables en enseignement

technique. Les mesures adoptées par le gouvernement sont destinées à augmenter le nombre d'élèves inscrits dans l'enseignement technique en leur fournissant une base solide d'insertion sur le marché du travail. En 2005, non seulement le budget de l'enseignement technique a augmenté, mais de nouveaux projets de valorisation ont été créés. Citons parmi ces derniers l'intégration de l'enseignement secondaire et des cours techniques, qui a permis à des milliers d'élèves de terminer le lycée avec une profession en poche. Toujours en 2005, le Programme école à l'usine ouvrira 500 écoles dans des entreprises de l'ensemble du territoire pour former dix mille jeunes à faibles revenus âgés de 15 à 21 ans. Enfin, en 2004, les 34 Centres fédéraux d'éducation technologique ont été reconnus en tant qu'établissements d'enseignement supérieur, ce qui leur donne plus d'autonomie à l'heure de créer de nouveaux cours.

Réforme de l'enseignement supérieur

Pendant les années soixante, les étudiants sont descendus dans les rues et ont fait face à la dictature en empoignant l'étendard de la réforme de l'université. Aujourd'hui, quarante ans après ou presque, cette lutte a été reprise par le gouvernement populaire et démocratique, qui veut revaloriser l'université publique et défendre l'éducation comme un droit de tous les Brésiliens.

C'est cette vision qui oriente le processus de réforme de l'enseignement supérieur, celle d'une conception républicaine de l'Etat dans laquelle les institutions publiques remplissent un rôle d'induction et de régulation d'une croissance permettant la distribution des richesses et des connaissances. Dans le cadre d'un grand débat national, le MEC recevra jusqu'au 15 février toutes les propositions pour l'avant-projet de la réforme, qui sera soumis au président de la République, puis au Parlement, qui procédera à de nouvelles consultations publiques.

Voici les cinq raisons principales de la réforme :

1 – Réformer pour renforcer l'université publique

Au cours des dix dernières années, avec la libéralisation de l'enseignement supérieur, on a assisté à la prolifération des établissements privés, faiblement régulés par l'Etat. Ce qui fait qu'aujourd'hui 71% des places à l'université sont

privées et 29% seulement publiques. Le gouvernement veut élargir la part du secteur public dans l'enseignement supérieur. Pour cela, il nous faut ouvrir de nouvelles universités publiques, créer de nouveaux pôles et recevoir 200 000 nouveaux étudiants en deux ans dans les établissements fédéraux, afin qu'à l'horizon 2011, 40% des places de l'enseignement supérieur soient publiques.

2 – Réformer pour empêcher la mercantilisation de l'enseignement supérieur

L'enseignement n'est pas une marchandise, c'est un bien public. La Constitution fédérale considère l'éducation comme un devoir de l'État, tout en prévoyant la participation de l'initiative privée. Toutefois, en exerçant une fonction publique déléguée, cette dernière doit placer la qualité au centre de son action. L'État, dans le cadre de son rôle de régulation, doit garantir ce principe et ordonner l'expansion pour éviter la prolifération d'établissements « machines à sous » dont le seul objectif est d'obtenir des profits exorbitants. C'est pourquoi le ministère de l'Éducation propose des instruments inédits qui, parallèlement au Système national d'évaluation de l'enseignement supérieur (Sinaes) permettront une régulation plus efficace des établissements privés. Entre autres mesures la proposition prévoit d'interdire le financement des campagnes électorales par des établissements universitaires privés et de limiter à 30% la participation étrangère à leur capital.

3 – Réformer pour garantir la qualité

L'ouverture de facultés, de centres et d'universités au Brésil au cours des dernières années ne s'est pas toujours accompagnée de l'évaluation nécessaire ni d'un véritable souci de qualité de l'enseignement, ce qui a traduit la fragilité de la capacité de supervision et de régulation de l'État. Pour le gouvernement actuel, il ne suffit pas d'ouvrir des places, il faut aussi garantir un processus d'enseignement et d'apprentissage à la hauteur des besoins et des attentes de la Nation, en maintenant la qualité et en effectuant l'inclusion sociale. Le MEC à l'intention de renforcer la fonction sociale de l'enseignement supérieur en le dotant d'instruments tels que le Plan de développement interne (PDI) et en raffermissant les exigences concernant la création d'universités et de centres universitaires.

4 – Réformer pour démocratiser l'accès

Aujourd'hui, seulement 9% des jeunes Brésiliens de 18 à 24 ans sont à l'université, un chiffre bien inférieur à l'Argentine, avec 32%, ou au Canada, avec 62%. Le

Plan national d'éducation (2001/2010) prévoit un taux de scolarisation de 30% de la population.

La réforme prévoit des actions destinées à réduire l'abandon des études, telles que le Premier emploi universitaire, et une loterie permettant de financer la politique d'aide aux étudiants. Le rôle de l'État est de garantir l'accès à l'enseignement supérieur des jeunes des couches démunies et d'assurer la présence d'établissements fédéraux dans les régions manquant d'écoles supérieures. L'avant-projet prévoit de réserver la moitié des places à l'université fédérale aux étudiants issus des écoles publiques, ainsi que des quotas pour les Noirs et les Indiens.

Garantir l'accès des jeunes des couches sociales les plus démunies à l'enseignement supérieur est une des priorités du MEC. Le ProUni – Programme Université pour tous – offre dès le premier semestre 2005 112 mille bourses d'études de 50% ou 100% dans des établissements privés pour des étudiants à faibles revenus et les enseignants non diplômés de l'école publique. Les populations noires et autochtones font aussi partie du programme. L'objectif est d'offrir 200 mille bourses en deux ans.

5 – Réformer pour instaurer une gestion démocratique

Démocratiser, c'est construire de façon participative un projet d'éducation de qualité sociale encourageant le plein exercice de la citoyenneté. L'avant-projet de loi prévoit la fin de la liste triple, l'élection directe des recteurs de l'université publique et des vice-recteurs aux questions universitaires des établissements privés, ainsi que la création d'un conseil social dans les universités, en vue de permettre la participation de la société.

Ministério
da Educação

